

Aprovo.

**PROCEDIMENTO N.º 46/INR/2023**

**“Serviço de Apoio à Implementação do Regulamento Geral de Proteção de Dados  
(RGPD) no INR, I.P.”**

**Ajuste Direto Regime Geral**

**CONVITE**

Ao abrigo do disposto no artigo 112.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP), convida-se essa empresa a apresentar proposta, no âmbito do presente procedimento por Ajuste Direto Regime Geral, nos termos e condições que se indicam:

#### **Cláusula 1.ª**

##### **Objeto do Convite**

O presente procedimento tem por objeto a aquisição de **Serviço de Apoio à Implementação do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD)**, no Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P..

#### **Cláusula 2.ª**

##### **Entidade Adjudicante**

A entidade adjudicante é o Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. (INR), com sede na Av. Conde Valbom, nº 63 – 1050-053 Lisboa.

#### **Cláusula 3.ª**

##### **Decisão de Contratar**

1. A decisão de contratar foi tomada através de Despacho da Sra. Vice-Presidente do INR, Dra. Marina Van Zeller, exarada na informação n.º **I-SG/DCAP-DCOP/18205/2024**, nos termos do n.º 2, do artigo 38.º, da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, em conjunto com alínea b) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de outubro, mantido em vigor por força do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei 18/2008, de 29 de outubro.
2. Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 36.º do CCP, foram acautelados todos os pareceres prévios, licenciamentos e autorizações necessárias que possam condicionar o procedimento e a execução do contrato.

#### **Cláusula 4.ª**

##### **Tipo de procedimento**

O presente procedimento pré contratual por **Ajuste Direto Regime Geral**, com fundamento e nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

## **Cláusula 5.<sup>a</sup>**

### **Comunicações/notificações**

Todas as comunicações/solicitações, no âmbito do presente procedimento, devem ser feitas através da plataforma eletrónica de contratação ACINGOV, acessível em <http://www.acingov.pt>.

## **Cláusula 6.<sup>a</sup>**

### **Pedidos de Esclarecimentos sobre as Peças do Procedimento**

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação do convite e do caderno de encargos e respetivos anexos devem ser solicitados pelo convidado, por escrito, até ao primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica de contratação ACINGOV, acessível em <http://www.acingov.pt>, na funcionalidade “Esclarecimentos”.
2. Os esclarecimentos são prestados por escrito, através da plataforma eletrónica referida no número anterior, até ao dia anterior do prazo fixado para a apresentação das propostas, sendo todas as entidades interessadas imediatamente notificadas desse facto.
3. Os esclarecimentos supracitados fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estes em caso de divergência.

## **Cláusula 7.<sup>a</sup>**

### **Erros e Omissões sobre as Peças do Procedimento**

1. O convidado pode apresentar uma lista identificando, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões das peças do procedimento por si detetados no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. Até ao dia anterior do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

## **Cláusula 8.ª**

### **Prazo e Modo de Apresentação da Proposta**

1. A proposta, bem como os documentos que a acompanham, devem ser apresentados exclusivamente de forma eletrónica na plataforma de contratação Acingov, disponível em [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), até às 23h59 no prazo de 6 (seis) dias, contados a partir do dia seguinte ao seu envio.
2. A proposta, assim como todos os documentos, **devem ser assinados eletronicamente** mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, **sob pena de exclusão da proposta**.
3. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter documento oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
4. Todos os documentos e informações, exigidos por lei e/ou indicados neste convite, devem instruir a proposta sob pena de exclusão da mesma.

## **Cláusula 9.ª**

### **Apresentação de Propostas Variantes**

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

## **Cláusula 10.ª**

### **Negociação/Leilão Eletrónico**

Não há lugar a negociação/leilão eletrónico.

## **Cláusula 11.ª**

### **Caução**

Considera-se que, face ao valor do preço contratual ser inferior a 500.000,00€, não deve ser exigida caução, nem deve proceder-se à retenção nos pagamentos, prevista no n.º 3 do art.º 88.º do CCP.

## **Cláusula 12.ª**

### **Esclarecimentos sobre a Proposta**

A entidade adjudicante poderá solicitar ao concorrente quaisquer esclarecimentos sobre a proposta apresentada que considere necessários para efeitos da análise da mesma.

### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

#### **Prazo de Validade da Proposta**

O prazo de validade da proposta, nos termos do artigo 65.º do CCP, é de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação da proposta.

### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

#### **Documentos que Constituem a Proposta**

**1. A proposta** deverá ser constituída pelos seguintes documentos:

- a. Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante no Anexo I do CCP (alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP), na sua redação atual, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- b. Documento que contenha os termos ou condições relativos a aspetos da execução do contrato, mesmo que não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, designadamente:
  - I. Proposta com o preço trimestral, com correspondência ao valor por hora e n.º de horas por colaborador;
  - II. Preço total, com menção de que ao preço indicado acresce o IVA à taxa em vigor e indicação do respetivo valor;
  - III. Prazo de execução do contrato, de acordo com a cláusula 6.<sup>a</sup> do caderno de encargos;
  - IV. Frequência da faturação, de acordo com o n.º 2, da cláusula 5.<sup>a</sup> do caderno de encargos
  - V. Prazo de validade da proposta, não podendo ser inferior ao estipulado na Cláusula 13.<sup>a</sup> do presente convite.
  - VI. Mapa individual preenchido para cada técnico que compõe a equipa, com o perfil do mesmo, devidamente atualizado, conforme anexo B.
- c. Documento oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante (Certidão Permanente, atas, procurações ou outros).
- d. Quaisquer outros documentos que o convidado a apresentar proposta considere indispensáveis à avaliação da mesma.

**2.** Os documentos que constituem a proposta deverão ser obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

#### **Preço Base**

1. O preço base do procedimento é de **15.000,00€ (quinze mil euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se legalmente devido.
2. O preço constante na proposta deverá ser indicado em algarismos, nos termos do disposto no artigo 60.º do CCP.
3. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante.

### **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

#### **Documentos de habilitação que deverão ser obrigatoriamente apresentados**

1. O convidado a quem for adjudicado o objeto do presente procedimento deve apresentar, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos e comprovativos ou disponibilização de acesso para a sua consulta online de que se encontra nas seguintes situações:
  - a) Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, conforme o modelo constante do Anexo II do CCP;
  - b) Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
  - c) Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
  - d) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;
  - e) Registo criminal de pessoa coletiva, nos termos do n.º 1 do artigo 83.º-A do CCP;

- f) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
- g) Registo Central do Beneficiário Efetivo, nos termos da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto;
- h) Identificação do gestor do contrato;
- i) Identificação de quem vem outorgar o contrato;
- j) Declaração do cumprimento do disposto no artigo 419.º-A do CCP, conforme anexo A.

**2.** Não se verificando a apresentação dos documentos de habilitação no prazo referido no número anterior, facto determinante da caducidade da adjudicação, fica desde já notificada a entidade convidada para se pronunciar, querendo, no prazo de 2 (dois) dias úteis, após o termo do prazo indicado no número 1, e para os efeitos do n.º 2 do artigo 86.º do CCP.

**3.** Quando as situações previstas no número anterior se verificarem por facto que não seja imputável à entidade adjudicatária, a entidade adjudicante concede à entidade adjudicatária um prazo de 5 dias úteis para suprimimento das irregularidades detetadas nos documentos de habilitação, sob pena de caducidade da adjudicação.

#### **Cláusula 17.ª**

##### **Falsidade de documentos e declarações**

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação.

#### **Cláusula 18.ª**

##### **Outorga do contrato**

O contrato resultante do procedimento aquisitivo será reduzido a escrito, sempre que a despesa estimada da entidade adquirente for superior a 10.000,00€ (dez mil euros), nos termos e para os efeitos do artigo 94.º do CCP.

#### **Cláusula 19.ª**

##### **Omissões**

Em tudo o não especificado no presente convite, aplicam-se subsidiariamente as disposições do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de

29 de janeiro, na sua redação atual, bem como as demais disposições legislativas e regulamentares aplicáveis de acordo com a natureza do objeto do contrato a celebrar.



## ANEXO A

### Modelo de declaração do cumprimento do disposto no artigo 419.º-A do CCP

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o contrato n.º 46/INR/2023 relativo a aquisição de serviços de apoio à implementação do RGPD no INR, com trabalhadores que cumpram com as exigências constantes do artigo 419.º-A , aplicável por força do artigo 451.º, ambos do CCP.

2 - Declara também que, caso o gestor do contrato designado pelo Contraente Público o solicite, apresentará, no prazo que lhe for definido, cópia dos respetivos contratos de trabalho dos trabalhadores afetos à execução do presente contrato de prestação de serviços

3 - O declarante tem pleno conhecimento das consequências de prestar falsas declarações, conforme previsto no artigo 456.º do CCP.

Lisboa, (Data)

Assinatura

## Anexo B - Mapa com perfil e experiência do técnico

### Habilitações literárias

Licenciatura

Mestrado

Doutoramento

Assinalar com X **Área**


### Experiência Profissional

Em Proteção de Dados

Em RGPD

Em meses


**Certifica ser detentor(a) das competências  
definidas no n.º 2, da cláusula 12.ª, do  
caderno de encargos**

Assinalar com X

--